

Memorandum 07/89 - 179



URGENTE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

ASSUNTO:

PROTOCOLO Nº

Dispõe sobre os vencimentos da Magistratura do Estado do Ceará

DESPACHO:

em de de 19

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. em de 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em de 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em de 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em de 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em de 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em de 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em de 19

O Presidente da Comissão de

8082/P
2/89

S Í N O P S E

PROJETO Nº _____ de _____ de 19 _____

EMENTA: _____

AUTOR: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa à sanção _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____



ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Of. N.º

Fortaleza, 08 de junho de 1989

ASSEMBLEIA	LEGISLATIVA		DO CEARÁ
	PROTOCOLO		
	N.º	2.291/89	
	Em	15, 06, 1989	
FORTALEZA			

Excelentíssimo Senhor Presidente:

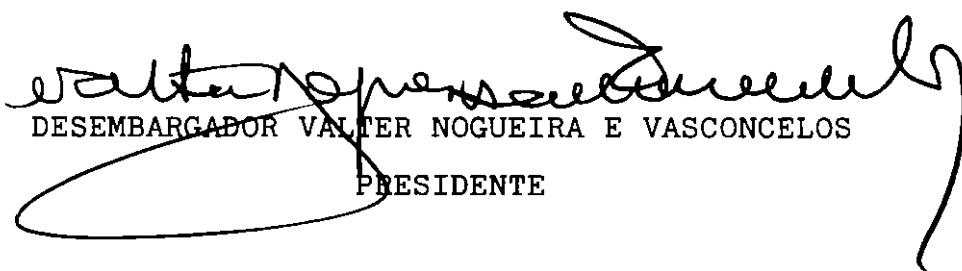
Na conformidade do preceituado no art.96,II, b, da Constituição Federal, tenho a honra de encaminhar a Vossa Exce^lência, para apreciação da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, o incluso projeto de lei que dispõe sobre a revisão dos vencimentos da Magistratura desta unidade federativa.

O Projeto de Lei prevê a revisão dos vencimentos básicos dos Magistrados em face do reajustamento dos Senhores Deputados Estaduais consubstanciado no ATO DELIBERATIVO Nº204, publicado do Diário Oficial de 26 de maio próximo passado, oriundo da MESA DIRETORA dessa Augusta Casa, bem como em atendimento aos preceitos constantes nos artigos 37, X e XI, 39, § 1º e 95, da Magna Carta, os quais têm por escopo resguardar as garantias asseguradas à Magistratura, pertinentes à irredutibilidade de vencimentos e adequação e compatibilidade da remuneração existente entre os Poderes.

No art. 4º, o Projeto de Lei consigna norma com o objetivo de evitar a necessidade de envio de mensagem propondo a revisão dos vencimentos básicos dos Magistrados, quando ocorrer reajustamento dos Senhores Parlamentares. Estipula-se a tanto que nessas circunstâncias os vencimentos básicos dos Juizes terão a revisão nas mesmas datas e nos mesmos índices dos honrados e dignos integrantes dessa Excelsa Casa Parlamentar.

Com essas considerações, submetemos a mate
ria a sábia apreciação dessa Assembléia.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protes
tos de alta consideração e muito distinguido apreço.


DESEMBARGADOR VALTER NOGUEIRA E VASCONCELOS
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor

Deputado FRANCISCO PINHEIRO LANDIM

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
do Ceará

NESTA/

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº

Dispõe Sobre os vencimentos da Ma
gistratura do Estado do Ceará.

Art. 1º - O vencimento básico da Magistratura do Estado do Ceará, a partir de 1º de maio de 1989, será o constan
te da tabela anexa.

Art. 2º - A gratificação de representação dos Magistrados corresponderá ao estabelecimento no art. 2º, da Lei Estadual Nº 11.531, de 02 de março de 1989.

Art. 3º - A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada na forma prevista no art. 3º da referida
Lei Nº 11.531/89.

Art. 4º - A partir de 1º de junho de 1989, a re
visão do vencimento básico de que tratam os artigos 1º e 2º des
ta Lei será realizada na mesma data e no mesmo percentual fixado para os membros da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

Art. 5º - Aplicam-se aos Magistrados apose
dos as disposições constantes desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fortaleza, de de 1989.

Vitorino

A N E X O I

Desembargador	Vencimento.....NCz	1.610,40
Juiz de Entrância Especial	Vencimento.....NCz	1.449,40
Juiz de 3ª Entrância	Vencimento.....NCz	1.304,40
Juiz de 2ª Entrância	Vencimento.....NCz	1.173,90
Juiz de 1ª Entrância	Vencimento.....NCz	1.000,81
Juiz Substituto	Vencimento.....NCz	1.000,81

Walter Aguiar de Almeida

Walter Aguiar de Almeida



ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Of. N.º

Fortaleza, 08 de junho de 1989.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Na conformidade do preceituado no art. 96, II, b, da Constituição Federal, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o incluso projeto de lei que dispõe sobre a revisão dos vencimentos da Magistratura desta unidade federativa.

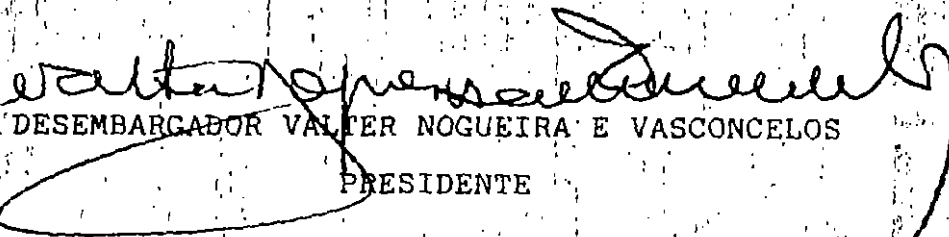
O Projeto de Lei prevê a revisão dos vencimentos básicos dos Magistrados em face do reajustamento dos Senhores Deputados Estaduais consubstanciado no ATO DELIBERATIVO Nº 204, publicado no Diário Oficial de 26 de maio próximo passado, oriundo da MESA DIRETORA dessa Augusta Casa, bem como em atendimento aos preceitos constantes nos artigos 37, X e XI, 39, § 1º e 95, da Magna Carta, os quais têm por escopo resguardar as garantias asseguradas à Magistratura, pertinentes à irredutibilidade de vencimentos e adequação e compatibilidade da remuneração existente entre os Poderes.

No art. 4º, o Projeto de Lei consigna norma com o objetivo de evitar a necessidade de envio de mensagem propondo a revisão dos vencimentos básicos dos Magistrados, quando ocorrer reajustamento dos Senhores Parlamentares. Estipula-se a tanto que nessas circunstâncias os vencimentos básicos dos Juizes terão revisão nas mesmas datas e nos mesmos índices dos honrados e dignos integrantes dessa Excelsa Casa Parlamentar.

Rec. 12/6/89

Com essas considerações, submetemos a mate
ria à sábia apreciação dessa Assembléia.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protes
tos de alta consideração e muito distinguido apreço.


DESEMBARGADOR VALTER NOGUEIRA E VASCONCELOS
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor

Deputado FRANCISCO PINHEIRO LANDIM

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
do Ceará

NESTA/

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº

Dispõe Sobre os vencimentos da Ma
gistratura do Estado do Ceará.

Art. 1º - O vencimento básico da Magistratura do Estado do Ceará, a partir de 1º de maio de 1989, será o constante da tabela anexa.

Art. 2º - A gratificação de representação dos Ma
gistrados corresponderá ao estabelecido no art. 2º, da Lei Esta
dual Nº 11.531, de 02 de março de 1989.

Art. 3º - A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada na forma prevista no art. 3º da referida Lei Nº 11.531/89.

Art. 4º - A partir de 1º de julho de 1989, a re
visão do vencimento básico de que tratam os artigos 1º e 2º des
ta Lei será realizada na mesma data e no mesmo percentual fixado para os membros da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

Art. 5º - Aplicam-se aos Magistrados apose
nta dos as disposições constantes desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fort
leza, aos de de 1989.

A N E X O I

Desembargador

Vencimento.....NCz 1.610,40

Juiz de Entrância Especial

Vencimento.....NCz 1.449,40

Juiz de 3ª Entrância

Vencimento.....NCz 1.304,40

Juiz de 2ª Entrância

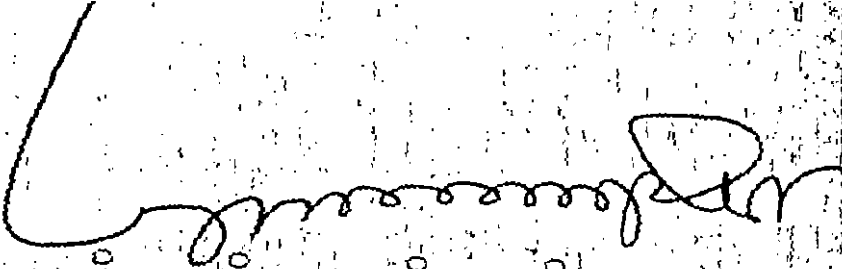
Vencimento.....NCz 1.173,90

Juiz de 1ª Entrância

Vencimento.....NCz 1.000,81

Juiz Substituto

Vencimento.....NCz 1.000,81



REQUERIMENTO Nº _____
 MENBAGEM Nº. 09 / PI
 PROJETO DE _____ Nº _____
 VETO AO AUTÓGRAFO DE LEI Nº _____
 CORRESPONDÊNCIA () _____
 LIDO NO EXPEDIENTE / ~~TRIBUTA~~ DA 40 / L. 1
 () INCLUA-SE NA ORDEM DO DIA
 () INCLUA-SE NA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO ORDINÁRIA
 (☒) PUBLIQUE-SE E INCLUA-SE EM PAUTA
 () PREJUDICADO (Art. 179, Item VI)
 () ENTREGUE-SE POR CÓPIA AO AUTOR DO REQUERIMENTO
 () ENCAMINHE-SE AO GABINETE DA PRESIDÊNCIA
 () ENCAMINHE-SE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 PLENÁRIO 18 DE MAIO, EM 15 / 06 / 89

PAUTA
 Sessões 22 de 06 de 19 89
 de de 19
 de de 19

REGIME DE URGÊNCIA
 Dispensada a Pauta
 Em 22 / 06 / 1989
Guaraciana

PUBLICADO
 Em 21 de 06 de 19 89
Guaraciana Mat. de 885

De acordo com o Art. 227
 Reg. Interno encaminhe-se
 à Condutoria das Co-
missões
 Em 22 / Junho / 1989
 Primeiro Secretário

Comissões Conjuntas:

Apresento o parecer favorável do dep.
Bairr Pontes

Sob. das Comissões, em 29/06/89

[Signature]
Presidente

Comissão de C. e Justiça
Apresento o parecer favorável do dep.
João Viana.

Sob. das Comissões, em 29/06/89

[Signature]
Presidente

Aprovado em votação inicial
Em 29 de 06 de 19 89

[Signature]
SECRETÁRIO

APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA
Em 29 de 06 de 19 89

[Signature]
SECRETÁRIO

APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA
em 29 de 06 de 1989

Dispõe sobre os vencimentos da
Magistratura do Estado do Ceará.

1. SECRETÁRIO
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

D E C R E T A:

Art. 1º - O vencimento básico da Magistratura do Estado do Ceará, a partir de 1º de maio de 1989, será o constante da tabela anexa.

Art. 2º - A gratificação de representação dos Magistrados corresponderá ao estabelecido no art. 2º, da Lei Estadual nº 11.531, de 02 de março de 1989.

Art. 3º - A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada na forma prevista no art. 3º da referida Lei nº 11.531/89.

Art. 4º - A partir de 1º de agosto de 1989, será complementado o reajuste do vencimento básico a que alude o art. 1º, considerada a inflação do período de janeiro a julho do corrente ano, e compensada a majoração efetuada nesta lei.

Parágrafo único - Procedido o reajuste a que se refere o caput deste artigo, a revisão do valor do vencimento básico dos magistrados será realizada automaticamente, na mesma data e no mesmo percentual fixado para os Servidores do Estado.

Art. 5º - Aplicam-se aos Magistrados aposentados as disposições constantes desta lei.

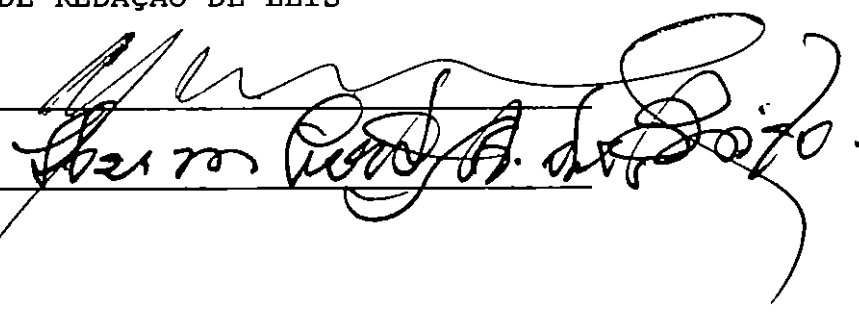
Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1989.

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS

PRESIDENTE

RELATOR



A DIRETORIA GERAL

Providências

Autógrafo de

João

Em 04 de Julho de 1989

Primeiro Secretário

PROVIDENCIANDO O AUTOGRÁFO No. 62/89

EM 30 / 06 / 89

Grani Roman

LEI Nº. 11.585 de 10 / 07 / 89

PUBLICADA em 12 / 07 / 89

Elvira Maria Dias de Souza

ARQUIVE - SE

COORD. INF. E DOCUMENTAÇÃO

EM 16 / 08 / 89

DIRETOR GERAL

A N E X O I

Desembargador

Vencimento.....NCz 1.610,40

Juiz de Entrância Especial

Vencimento.....NCz 1.449,40

Juiz de 3ª Entrância

Vencimento.....NCz 1.304,40

Juiz de 2ª Entrância

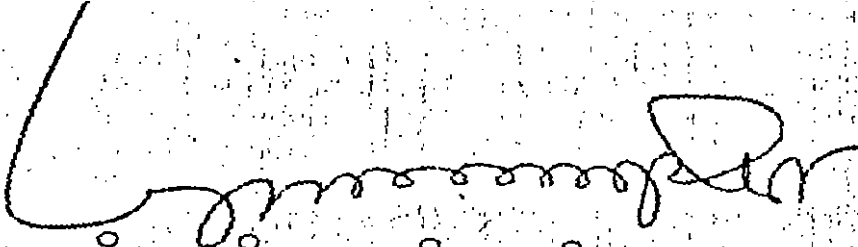
Vencimento.....NCz 1.173,90

Juiz de 1ª Entrância

Vencimento.....NCz 1.000,81

Juiz Substituto

Vencimento.....NCz 1.000,81





ESTADO DO CEARÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Aprovada

OFÍCIO N.º.....

Emenda nº 01

EMENDA AO PROJETO DE LEI QUE DISPÕES SOBRE A REVISÃO DOS VENCIMENTOS
BÁSICOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL.

Dê-se nova redação ao Art.4º:

"Art.4º. A partir de 1º de agosto de 1989 será
complementado o reajuste do vencimento básico a que alude
o art.1º, considerada a inflação do período de janeiro a
julho do corrente ano, e compensada a majoração efetuada
nesta lei.

Parágrafo único. Procedido o reajuste a que se
refere o caput deste artigo, a revisão do valor do vencimen
to básico dos magistrados será realizada automaticamente ,
na mesma data e no mesmo percentual fixado para os Servido-
res do Estado.

Amfante